



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM
DEPARTAMENTO LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM

Aprovado em única Discussão

Por: unanimidade

Plenário: 05/10/22

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM

Ata da Audiência Pública realizada no dia vinte e quatro de maio do ano de dois mil e vinte e dois, no Plenário Benedito Magalhães da Câmara Municipal de Santarém. À hora regimental, o vereador Professor Josafá Gonçalves (PL), primeiro secretário da Câmara Municipal de Santarém, deu boas-vindas aos presentes e procedeu com o protocolo de abertura da sessão, informando que esta audiência se destina a tratar dos “**ALTOS ÍNDICES DE ABUSO SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM**”, por força da solicitação feita através do requerimento nº 892/2022, de autoria do vereador Murilo Tolentino (PSC). De modo sequente, solicitou que os convidados ocupassem os assentos ao lado esquerdo: Doutora Kátia Tolentino, professora da Universidade da Amazônia – UNAMA; Delegado Alessandro Napoleão, representante da Superintendência da Polícia Civil do médio e Baixo Amazonas; Inspetor Sidmar Oliveira, representante da Polícia Rodoviária Federal. Para ocupar os assentos ao lado direito foram convidados: Senhor Coronel Altemar Maués da Polícia Militar; Doutora Bruna Jacilene de Queiroz, vice-presidente da Comissão de Defesa do direito da Criança e Adolescente da OAB Santarém; senhor Adson Wender, perito criminal da Polícia Científica e Gerente da Odontologia Medicina Legal; senhora Darclei Souza de Queiroz, representante da Secretaria de Saúde do Pará - SESPA, senhora Soliene Sousa, Coordenadora de Assistência Social da Secretaria do Governo do Estado; senhor Rogério Batista, representante da Associação dos Conselhos Tutelares; senhora Rosimara Luiz, representante do COMDCA; senhora Gláucia Fleury, representante da SEMTRAS; senhoras Lidiane Araújo e Elen Daiane, mães das crianças que sofreram abusos na UMEI Caranazal. Composta a mesa de debates, o presidente Prof. Josafá Gonçalves (PL) registrou as justificativas de ausência do Ministério Público, da Secretaria Municipal de Educação (SEMED), e dos vereadores Ronan Liberal Júnior (MDB), Elielton Lira (AVANTE), Erlon Rocha (MDB); Adriana Almeida (União Brasil), Gerlande de Castro (PBD), Alysson Pontes (PSD), Ângelo Tapajós (REPUBLICANOS), Aginaldo promissória (União Brasil), Andreo Raserá (MDB). Dando prosseguimento à audiência, o presidente pediu aos convidados que fossem bem sucinto em suas colocações devido ao horário regimental. Em seguida, passou a palavra ao vereador ENF. **MURILO TOLENTINO (PL)**, o autor do requerimento que originou esta audiência. O vereador agradeceu a todos os presentes e frisou que, infelizmente, o que o induziu a solicitar esta audiência foi o grande índice de casos no município. Registrou a grande porcentagem de casos de estupro comum e de vulneráveis, fora os casos subnotificados. Afirmou que o objetivo deste encontro é plantar uma semente quanto a criação de políticas públicas municipais. Destacou que as leis são federais, sendo necessário modificações por parte do judiciário, pois, elas têm deixado passagem para o abusador ter liberdade em vista da falta de provas. Registrou que é preciso a criação de leis, as quais as crianças tenham voz, sendo preciso ainda dar subsídios as famílias na questão psicológica. Relatou também que na maioria dos casos, os maiores abusadores são da família, ressaltando ser necessário ficar atento quando as crianças dão sinais. Concluiu reforçando que conta com o apoio de todos para que saiam desta audiência com projetos firmados. Ato contínuo, a palavra foi passada aos convidados. A senhora **DOUTORA KÁTIA TOLENTINO** explicou alguns pontos para que todas as autoridades presentes possam em seguida se manifestar de maneira bem acertada e correta. Relatou que o caso se inicia no momento em que a família se dirige as autoridades policial para que o procedimento seja aberto. Destacou que muitas mães relatam que se deparam com questões que faz com que a vida das crianças e da família fiquem expostas, e o público toma conhecimento do que aconteceu e isso tem uma propagação sem precedente. Registrou que o Dr. Napoleão explicará como a Polícia Civil age nessas circunstâncias específicas; também, destacou que outro problema dar-se quando a criança vai ao Instituto Médico Legal (IML) realizar o exame de corpo de delito, e se depara com um médico do mesmo sexo do abusador, o que é um constrangimento para as crianças. Registrou que seria interessante a presença de um representante do IML para que pudesse discorrer sobre todo esse trâmite da forma como ocorre este processo. Em relação ao Poder Judiciário, a queixa mais comum decorre de que, na maioria dos casos, exista apenas a palavra da criança versos do abusador; sendo que, as vezes a psicóloga que acompanha o caso, com apenas três sessões, não



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM
DEPARTAMENTO LEGISLATIVO

consegue chegar a um veredito e ocorre que o relatório chega inconclusivo pois as sessões foram insuficientes para se chegar a um laudo eficiente. Enfatizou que são questões como esta que prejudicam todo um processo para que de fato o abusador seja punido. A seguir, a palavra foi fraqueada ao Doutor **DELEGADO ALESSANDRO NAPOLEÃO**, representante da Superintendência de Polícia Civil do Médio e Baixo Amazonas, informou que está representando a Delegada Andreza Alves que é diretora da Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher - DEAM e Delegacia Especializada no atendimento à criança e adolescente - DEACA, que por motivo de viagem não pode comparecer a esta audiência. Frisou que é o delegado de inquérito que apura o ocorrido na UMEI do Caranazal, discorrendo que os casos que chegam até a delegacia especializada, no que se refere atendimento da Criança e Adolescente, apresentam o máximo de sigilo, por força de lei e do próprio Código Penal que determina que os casos que envolvam crimes contra a dignidade sexual ocorram em segredo de Justiça e, principalmente, quando envolve menores de 18 anos. Disse que os procedimentos adotados não podem ser discutidos com qualquer um, nem mesmo com os pais, pois poderia comprometer as investigações e as diligências que podem ser adotadas. Nesse caso específico da UMEI Caranazal, destacou que houve uma grande comoção social, a imprensa noticiou os fatos de maneira bastante forte, mas a Polícia Civil não pode entrar em detalhes, não é permitido nem mesmo revelar o nome do suspeito. Disse ser importante seguir o que está previsto em lei sobre pena do próprio Delegado de Polícia responder por abuso de autoridade, portanto, atuam com o máximo de cuidado. Relatou que todas as vezes que uma criança é apresentada por seus pais ou responsáveis com suspeita de ter sido vítima de alguma violação de direito, ela passa primeiramente por um acolhimento que é realizado pela Assistente Social e a Psicóloga que trabalham na DEAM e DEACA. Disse que elas realizam a escuta especializada do menor e com base nela, encaminha-se ao conhecimento das autoridades policiais que irá determinar quais os próximos passos a serem adotados. Registrou que os policiais civis não têm contato direto com a criança ou adolescente, apenas a psicóloga e a assistente social que fazem a escuta e levam ao conhecimento das autoridades policiais. Afirmou que, por parte dos policiais civis e das técnicas, essas informações não tem vazado pois todos sabem das consequências que podem resultar se houver algum vazamento. Disse que está sendo cogitado a possibilidade de se implantar câmeras nas creches, pois os pequenos não sabem relatar com clareza e solidez o abuso pelo qual passaram e seria uma forma de inibir a ação desses abusadores. Concluído a sua fala, o vereador Murilo Tolentino direcionou alguns questionamentos ao Delegado Napoleão. Disse que as mães o relatam que a delegacia especializada não abre 24 horas, questionando: "Uma psicóloga e uma assistente social são suficiente? Não seria o caso de pedir ao governo do Estado um maior efetivo para poder suprir essa demanda? E sobre a questão do Delegado ser no sexo masculino, não seria mais conveniente que fosse uma delegada para atender esses casos? O pessoal é treinado para conduzir a situação e direcionar as mães onde e quem procurar?". O Delegado **ALESSANDRO NAPOLEÃO** responde que o ideal seria um plantão 24 horas, para atender não apenas os casos de crianças vítimas de violência, mas também de mulheres vítimas de gênero, que muitas vezes são encaminhadas para 16ª seccional. Relatou que essas questões já foram levadas a direção superior da Polícia Civil em Belém e já está em processo de análise, havendo também um concurso público que está na fase final, portanto, em breve novos policiais serão contratados. Acredita-se que seja a oportunidade ideal para que esses novos policiais ingressem na DEAM e DEACA, pois com o efetivo atual não é possível. Quanto ao quantitativo de profissionais: psicóloga e assistente social, o ideal seria que fossem em maior número para um melhor atendimento. Quanto ao gênero do delegado e policiais que fazem o atendimento, todos são treinados e como já mencionado anteriormente, as crianças e os adolescentes não tem contato direto com eles, pois o contato direto se dá com as técnicas psicóloga e assistentes social. Dando continuidade à sessão, o professor Josafá Gonçalves registrou a presença dos vereadores Júnior Tapajós e Didi Feleol; também da senhora Renata Daiane Marques, representante da Comissão dos Direitos Humanos da OAB, e do Senhor Alexandre Chaves, vice-presidente da AAS. Em seguida, foi dada a palavra as mães das crianças que sofreram o crime. A



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM
DEPARTAMENTO LEGISLATIVO

senhora **LIDIANE ARAÚJO** registrou que é mãe de uma das crianças que sofreu abuso sexual na UMEI Caranazal. Na ocasião, expôs a sua insatisfação de como o caso está sendo conduzido. Relatou que sofreu ameaças e sentiu na pele o despreparo dos profissionais que lidam com esses casos, mas também reconheceu os esforços dos mesmos. Concluiu solicitando que a justiça possa ser feita. Em seguida, a senhora **HELLEN DAYANE** solicitou que o caso não seja arquivado. Manifestou revolta destacando não entender como a Secretaria Municipal de Educação - SEMED contrata um professor sem investigar o histórico dele. Disse que está à espera de uma resposta da SEMED. Ato contínuo, deu-se prosseguimento com o pronunciamento do senhor **CORONEL MAUÉS**, representante da Polícia Militar, que, na oportunidade, fez um breve relato dos programas que atendem os adolescentes, dentre eles o PROERD; por fim, deixou a polícia militar à disposição no combate à exploração e o abuso sexual de crianças e adolescentes. O senhor Inspetor **SIDMAR OLIVEIRA**, representante da Polícia Rodoviária Federal, relatou que desde 2003 a Polícia Rodoviária vem apresentando um projeto chamado "Projeto Mapear", que a cada dois anos realizam um mapeamento nas Rodovias Federais, onde catalogam o que chamam de pontos críticos e pontos sensíveis que podem ser possíveis alvos da exploração sexual de crianças e adolescentes. Informou que em conjunto com as polícias Civil e Militar conseguiram detectar e impedir que menores fossem levadas para os garimpos. Finalizou se colocando à disposição no combate a esse tipo de malefício. A senhora **DRA. BRUNA JAQUELINE DE QUEIROZ**, representante da OAB da Comissão do Direito da Criança e do Adolescente subseção/Santarém, relatou que a OAB recebe muitos desses casos e que o papel do órgão é comunicar e acompanhar essas situações. Disse que se dispõe a acompanhar nas questões que envolvem o Jurídico, principalmente quanto ao pedido referente ao atendimento 24 horas na DEAM e DEACA. O senhor **ROGÉRIO BATISTA**, representante da Comissão do Conselho Tutelar, se solidarizou com as mães das vítimas e mencionou que com a pandemia os casos de abuso contra criança e adolescente aumentaram absurdamente, assim como a violência doméstica contra mulher. Ressaltou o quanto é importante que a rede de proteção esteja junto com a SEMTRAS, OAB, Polícias Civil, Militar e Rodoviária, para que possa concretizar um trabalho integrado e um debate mais incisivo relacionados a esse assunto dentro das escolas. Chamou a atenção da Câmara Municipal quanto a criação de projetos voltados e específicos para este tema; e frisou sobre a falta de equipamento público e do papel que o COMDCA - Conselho Municipal do Direito da Criança e Adolescente tem em fazer o acompanhamento, a fiscalização e a cobrança quanto ao andamento dos processos. O senhor **CORONEL MAUÉS** retornou com a fala para informar sobre a importância do policiamento escolar e que estão ampliando esse serviço para outros municípios. A senhora **ROSIMARA JARDIM**, presidente do COMDCA (Conselho Municipal de direitos da criança), registrou que o COMDCA desenvolve ações articuladas com a rede de proteção, e que no período de 2020 e 2021, devido a pandemia, as campanhas foram mais limitadas. Disse que esse ano, pelo fato das campanhas estarem mais descentralizadas, no sentido de não estarem com a rede de proteção, estão sempre articulando ações como blitz em pontos estratégicos da cidade e campanhas internas em todas as unidades que compõem a política de assistência social. Em escolas contam com o apoio do Policiamento Escolar que tem dado todo um suporte para o fortalecimento da rede. Justificou a ausência dos conselheiros tutelares por estarem participando de uma capacitação, ressaltou que o COMDCA está aberto a sociedade, que é um órgão deliberativo que pode juntamente com o apoio da Câmara Municipal, estabelecer novas políticas públicas. A senhora **GLÁUCIA FLEURY**, representante da SEMTRAS, registrou que o município tem uma rede fortalecida que trabalha em prol da criança e do adolescente, mas que precisa se fortalecer ainda mais. Relatou que a secretaria tem promovido ações descentralizadas com blitz em parceria com a Polícia Militar, Polícia Rodoviária Federal e SMT, com intuito de conscientizar a sociedade santarena sobre essa temática. Destacou que, enquanto rede, estão prontos para atender crianças e os adolescentes. Disse que o Centro de Atendimento Especializado da Assistência Social está pronto para atender todas essas famílias. Informou que estão trabalhando com a qualificação da escuta especializada juntos com os conselhos tutelares porque o objetivo da rede é de fortalecer a



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM
DEPARTAMENTO LEGISLATIVO

rede para que estejam sempre prontos para trabalhar em prol das crianças e adolescentes. O senhor **ADSON WENDER**, perito criminal da Polícia Científica, relatou que, no período de 2007 a 2009, existia apenas um Conselho Tutelar, o que tornava mais difícil a assistência das crianças e adolescentes; na ocasião, frisou a necessidade de instalar um Conselho Tutelar na Região do Lago Grande. Salientou que dentre os médicos que atendem no Centro de Perícia Renato Chaves, há duas de carreira que são a Dra. Valdenira Cunha e a Dra. Dila de Oliveira. Destacou que elas são as responsáveis por realizar os atendimentos referente ao abuso sexual das crianças e adolescentes; também o centro dispõe de 02 técnicas de enfermagem que fazem o pré-acolhimento. Finalizou destacando que o Instituto Renato Chaves atende 28 municípios e faz o possível para atender da melhor forma possível. A senhora **DARCLEY SOUZA DE QUEIROZ**, representante da SESP, registrou que a 9º Centro Regional de Saúde atua basicamente na orientação aos municípios quanto as notificações e sobre as abordagens a essas crianças que são vítimas de violência sexual. Registrou as dificuldades, principalmente, quando os casos são praticados por pessoas próximas às famílias, que acabam não sendo notificados, mas que os vestígios somem e a criança só vai falar algum tempo depois. Registrou que as notificações são importante para que seja traçada políticas públicas que contribuam para a redução desses agravos. Finalizou informando que a 9º Centro Regional se coloca à disposição e parabeniza a Casa pela sensibilidade ao tema. Encerrado a fala dos convidados, foi concedido aos pares da Casa. O vereador **SILVIO NETO (UNIÃO BRASIL)** se solidarizou com as mães que estão passando por esse trauma. Falou sobre as leis que precisam ser colocadas em prática, propondo um projeto à UMEIS, que visa instalar câmeras de monitoramento nas unidades de ensino, assim como a necessidade de implantação de corpo técnico. Segundo ele, é um processo contínuo, sendo necessário formalizar junto ao Governo do Estado, prefeito Municipal e segurança Pública, para que juntos possam cumprir a Constituição Federal que é de proteger crianças e adolescentes. A vereadora **ENF. ALBA LEAL (MDB)** registrou que, como profissional da Saúde, se entristece ao chegar em uma comunidade e detectar situações como criança de dez anos grávida, sendo que muitas vezes os pais e familiares acabam deixando a situação obscura. Relatou da visita que fez a UMEI Ebenézer, onde observou a dedicação de como os profissionais tratam as crianças. Ressaltou que as pessoas que cometem esse tipo de violência devem ser punidas e não devem mais voltar a trabalhar com pessoas e, principalmente, com crianças. Direcionou a fala as mães presentes, relatando que terão sim o retorno da SEMED, e que não se deve generalizar essa situação. Falou da necessidade de um atendimento 24 horas e de um Conselho Tutelar na região do Lago Grande. Disse que gostaria muito que o atendimento do Conselho Tutelar fosse descentralizado, pois as ações e orientações são de suma importância. Na ocasião, citou o belíssimo trabalho dos Sargentos P. Silva e Glauber que fazem orientações e palestras nas comunidades. O vereador **CARLOS SILVA (PSC)** manifestou sua indignação e revolta pelo ocorrido na UMEI Caranazal, e falou que se não houver a união de todos isso nunca vai acabar. Disse que é preciso que os vereadores abracem essa causa e que ele como pai, avô e vereador não vai fechar os olhos para essa situação. Disse que os pares têm compromisso com a população e espera-se que a justiça seja feita. O vereador **BIGA KALARARI (PT)** registrou sobre a necessidade de se debater esse tema. Relatou que, infelizmente, não é de hoje que esses casos acontecem, e que é preciso que as escolas também instruem as crianças e adolescentes quanto a esse assunto. Comentou sobre a insegurança das mães em deixar seus filhos nesses locais considerados seguros, e da necessidade de capacitar os profissionais que lidam com crianças e adolescente. O vereador **JUNIOR TAPAJÓS (PL)** se solidarizou com as mães presentes e lembrou que em 2004, se criou a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que tinha como Presidente a Senadora Rira Saboya, com a finalidade de investigar as situações de violência e a exploração sexual de crianças e adolescente no Brasil. Disse que no relatório da comissão já apontava muitas das políticas públicas que o Estado brasileiro podia oferecer, mas com o passar dos anos, pouco se andou em relação a essas políticas, ressaltando que é preciso ter uma ação muito mais efetiva do Poder Legislativo. Destacou que vai verificar se na LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias), que direciona as ações e metas do governo municipal, está



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM
DEPARTAMENTO LEGISLATIVO

incluso a instalação de câmeras de monitoramento nas UMEIS. Segundo ele, os espaços são em sua maioria inadequados, mas que o FUNDEB vai ser incrementado e os recursos serão voltados para a educação infantil. Finalizou reforçando que é preciso que os governos sejam cobrados para que haja mais segurança nas escolas. Em seguida, o vereador **DIDI FELEOL (PP)** falou da dificuldade em conduzir o trabalho na educação, destacando que é preciso muito cuidado com ações dentro das escolas, assim como é importante que os pais saibam das companhias de seus filhos e o cuidado com o uso do celular. Registrou que o professor as vezes faz o papel de psicólogo e conselheiro, e os demais profissionais da escola também têm responsabilidade com as crianças. Destacou que se faz necessário os pais acompanharem seus filhos na escola e procurar ter conhecimento do docente que o acompanha. O Vereador **CARLOS MARTINS (PT)** registrou que se deparam com números muito cruéis de crianças que sofrem abuso sexual no Brasil, sendo que metade delas tem entre 01 e 05 anos de idade. Relatou que, apesar de tudo que se faz por meio do sistema de proteção, esse número aumenta a cada ano. Destacou que o ideal seria zerar essa estatística e combater essa violência diariamente. Disse que no dia 18 de maio, o compromisso do Poder Legislativo é estruturar os conselhos e todos os órgãos que lidam com essa situação. Concluído a fala dos parlamentares, foi aberto espaço para questionamentos. O senhor **ALEXANDRE CHAVES** questionou "O que pode ser feito para que os praticantes desses atos criminosos sejam de fato punidos, e assim se consiga diminuir esses casos?" O professor **JOSAFÁ GONÇALVES (PL)** respondeu que faz parte da Comissão de Educação juntamente com outros colegas vereadores. Destacou que não se deve generalizar um trabalho que é desenvolvido pela rede pública, e que em suas viagens participando de congressos a nível nacional, Santarém é referência para o Estado e para o Brasil em educação Infantil. Informou que desconhece o motivo do não comparecimento da SEMED, ressaltando que a Casa é um segmento isolado do Executivo e que o papel dos parlamentares é fiscalizar, acompanhar e legislar. Disse que estão acompanhando esse caso que já foi direcionado aos órgãos competentes, e que não se deve colocar em xeque o ensino da educação infantil achando que isso acontece em todas as UMEIS e escolas do Município. Lembrou que antes as creches eram um local de assistencialismo, atendidas pela SEMTRAS (Secretaria Municipal do Trabalho e Assistência Social). No governo da ex-prefeita Maria do Carmo, o cargo era utilizado como Monitores de Creche, mas essa função foi extinta e criada a função de Professor da Educação Infantil em 2010. Disse que hoje, praticamente, já existe 01 unidade infantil em cada bairro. Finalizou informando ao senhor Alexandre que estão acompanhando o caso, o qual não ficará sem punição. A Senhora **FATIMA COUTINHO** relatou que foi a primeira mãe a descobrir que seu filho estava sofrendo abuso dentro da UMEI; e da precária estrutura da unidade de ensino. A senhora Fátima Coutinho perguntou se os vereadores poderiam ir até a UMEI do Caranazal conhece a realidade da estrutura do prédio. O professor Josafá Gonçalves informou que ele já tinha realizado essa visita, mas retornou a convidar os demais vereadores para fazer esta visita. Destacou que as unidades são implantadas nos bairros a pedido da comunidade e, geralmente, devido à demora da conclusão do prédio em construção, acabam optando por um imóvel alugado que acaba sendo inapropriado para servir de escola. Informou que no decorrer do mês de junho será entregue a UMEI Caranazal cujo nome escolhido e aprovado será Unidade Santa Clara de Assis. A **DRA KÁTIA TOLENTINO** retornou a sua fala frisando a necessidade de um plantão 24 horas da Delegacia especializada no atendimento à crianças e adolescentes. Destacou que a Câmara deve levar essa necessidade junto a Secretaria de Governo para agilidade dessa demanda. Outra proposta seria o aumento do número de psicólogos dentro do Tribunal de Justiça do Estado, precisamente, na Comarca de Santarém, pois fazem parte do processo. Segundo ela, enquanto os laudos forem inconclusivos um agressor ou abusador nunca irá para cadeia. O senhor **JOÃO CASTANHO** relatou que, quando tomou conhecimento da denúncia, juntamente com sua esposa resolveram abraçar a causa dando apoio as mães. Disse que sugeriu criar uma Comissão de pais, independente da creche, destacando ainda, o fato da SEMED está omissa a esta questão. Sugeriu a quebra do sigilo telefônico do abusador, e fez críticas a postura da SEMED que, de acordo com ele, deveria ser a primeira a estar presente nesta audiência.



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM
DEPARTAMENTO LEGISLATIVO

O vereador **ERASMO MAIA** (União Brasil) leu um depoimento para constatar que a Casa não está alheia a essa questão. Informou que no dia 06 de maio recebeu um questionamento do vereador Angelo Tapajós, que é Presidente da Comissão dos Direitos Humanos da Casa, o que foi respondido pelo Procurador Jurídico da SEMED, que mandou uma nota. O vereador fez a leitura e questionou qual seria a omissão por parte da SEMED em relação ao caso, que seria bom identificar em que ponto, para que a Casa possa contribuir e apoiar cobrando por parte da gestão da UMEI e também dos técnicos da SEMED. Quanto a questão do servidor acusado, ele já foi afastado e iniciado o PAD (Processo Administrativo Disciplinar). Em seguida, o Professor **JOSAFÁ GONÇALVES** registrou os encaminhamentos que foram discutidos e apresentados: a) Implantação da Delegacia 24 horas para atender os casos de violência e abuso de Crianças e Adolescente; b) Implantação de câmeras de Monitoramento nas UMEIS e escolas do 1º ao 9º ano; c) Cobrança do Estado para contratação de mais psicólogos; e a d) Contratação de Psicólogos e Assistentes Sociais para atendimento nas escolas públicas, projeto já aprovado pela Câmara de Santarém. Em sequência, o vereador **CARLOS SILVA** (PSC) apresentou um projeto de lei que estabelece obrigatoriedade de exame toxicológico, o uso de drogas ilícitas, e uma investigação social dos professores da rede pública municipal de ensino e servidores. O senhor **ROGERIO BATISTA** questionou “o que a Prefeitura de Santarém junto a SEMED vai fazer para desmitificar esse caso e qual a possibilidade de uma Câmara Itinerante?”. A representante da Secretaria de Governo, **SOLIENE SOUSA**, sugeriu que o processo investigativo não se estenda apenas para os profissionais temporários, mas também aos efetivos. Por fim, o vereador **Josafá Gonçalves** agradeceu a presença de todos, declarando em sequência o encerramento da presente audiência pública. Expedientes de Justificativa: MEMO.03/2022 – GAB. Ver. Andreo Rasera (MDB); MEMO. 042/2022 – GAB. Ver. Elielton Lira (AVANTE); MEMO. 146/2022 – GAB. Ver. Erlon Rocha (MDB); MEMO. 009/2022 – GAB. Ver. Ronan Liberal Jr. (MDB); MEMO. 042/2022 – GAB. Ver. Adriana Almeida (União Brasil); MEMO. 045/2022 – GAB. Ver. Gerlande Castro (PSB); MEMO. 049/2022 – GAB. Ver. Alysson Pontes (PSD); MEMO. 042/2022 – GAB. Ver. Aguinaldo Promissória (União Brasil). Vereadores presentes: **BIGA KALAHARE (PT)**, **CARLOS SILVA (PSC)**, **DR. CARLOS MARTINS (PT)**, **ENFERMEIRO MURILO TOLENTINO (PSC)**, **ERASMO MAIA (UNIÃO BRASIL)**, **JANDER ILSON PEREIRA (UNIÃO BRASIL)**, **JK DO POVÃO (PSDB)**, **JÚNIOR TAPAJÓS (PL)**, **PROFESSOR JOSAFÁ GONÇALVES (PL)**, **SÍLVIO NETO (UNIÃO BRASIL)**; **DIDI FELEOL (PP)**, **ENFERMEIRA ALBA LEAL (MDB)**. Vereadores Ausentes com justificativa: **ANDREO RASERA (MDB)**; **ADRIANA ALMEIDA (UNIÃO BRASIL)**, **ALYSSON PONTES (PSD)**, **ELIELTON LIRA (AVANTE)**, **RONAN LIBERAL JR. (MDB)**, **AGUINALDO PROMISSÓRIA (UNIÃO BRASIL)**; **PASTOR ANGELO TAPAJÓS (REPUBLICANOS)**, **ERLON ROCHA (MDB)**; **GERLANDE CASTRO (PSB)**. LICENCIADO: **ALEXANDRE MADURO (MDB)**. E, para constar, mandou lavrar a ata, que depois de lida, discutida e aprovada, será assinada por quem de direito.

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM
Ronan Liberal Jr.
Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM
Prof. Josafá Gonçalves
1º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM
Carlos Silva
2º Secretário